

126

ARTIGO

VIVER EM  
PINHEIROS,  
SÃO PAULO  
(1850-1950):  
CASA, QUINTAL  
E REFUGO

Rafael de Abreu e Souza<sup>1</sup>

Zanettini Arqueologia.

<sup>1</sup>- Mestre em Arqueologia pelo Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo.  
Endereço para correspondência: Av. 9 de Julho, 1854, apto 72. Bela Vista - São Paulo - SP.

CEP: 01312-001

## RESUMO:

O artigo busca tecer reflexões em torno dos grupos médios que habitaram bairros afastados da cidade de São Paulo, como Pinheiros, entre o final do século XIX e as primeiras décadas do XX. Serão analisados os refugos localizados na Área 5 do sítio Pinheiros 2, relacionada a uma unidade doméstica, abordada sob ótica da *household archaeology*. Além da pouca literatura disponível sobre o bairro, assim como sobre as camadas médias paulistanas, em zonas periurbanas, os estudos partem de artefatos referentes ao noventa e poucos, pouco estudados pela Arqueologia Brasileira.

**PALAVRAS-CHAVE:** Arqueologia Urbana, São Paulo, Século XX

## ABSTRACT:

The article aims to contribute to reflections about the middle-class groups that inhabited the suburbs of São Paulo, such as Pinheiros, between the late 19<sup>th</sup> and early 20<sup>th</sup> century. We will analyze the discards located at Area 5 of Pinheiros 2 archaeological site, related to a domestic unit, approached from the perspective of household archeology. Besides the lack of literature available about the neighborhood, as well as about São Paulo middle-class, in peri-urban areas, this study focus on 20<sup>th</sup> artifacts, poorly studied by Brazilian Archaeology.

**KEY-WORDS:** Urban Archaeology, São Paulo, 20th Century

São Paulo possui inúmeros estudos que focam no cotidiano da população das áreas urbanas centrais, o Triângulo, Higienópolis, a Avenida Paulista e os Jardins. A dinâmica das camadas médias e pobres que habitaram os bairros do Bexiga, Brás, Barra Funda, Lapa, Mooca, é ressaltada por estudos sobre a imigração e a história operária. Pinheiros, entretanto, bairro relativamente afastado, vem sendo pouco pesquisado, em geral direcionado ao antigo aldeamento do século XVI que teria dado origem a aglomeração onde o rio apresenta-se mais raso e estreito.

As intervenções arqueológicas no sítio Pinheiros 2, realizadas pela Zanettini Arqueologia (2012), entre 2011 e 2012, localizaram vestígios de uma unidade doméstica voltada para a rua Butantã, antiga rua do Comércio, onde foram identificados os alicerces, três lixeiras e uma área de descarte que caracterizam o quintal do lote. A cartografia histórica é elucidativa da ocupação do terreno no que concerne a sua função residencial, com casas em tijolo maciço a partir dos anos 1870. Registros de imóvel da capital permitiram antever a dinâmica sucessão dos moradores do terreno. Estes foram os únicos vestígios de um contexto doméstico encontrados no sítio, mormente uma olaria. O recorte temporal adotado, arbitrário, relaciona-se a cronologias obtidas com a análise do material arqueológico (1850-1950).

A parca documentação sobre a região entre os séculos XVIII e XIX e seu afastamento da zona urbana em ebulição colaborou para sua relativa ausência no âmbito das temáticas abordadas pelas pesquisas sobre a história da cidade de São Paulo. Em geral, a bibliografia informa que nos anos 1870, quando completa-se a ferrovia Santos-Jundiaí, a cidade restringia-se à colina histórica entre o Tamanduateí e o

Anhangabaú (Ab'Saber, 2004). Esta visão deixou de fora, no entanto, áreas periurbanas que dialogavam com as dinâmicas do campo-cidade de modo mais holístico do que a dicotomia centro x periferia faz parecer.

O espaço periurbano (Sposito, 2004) que caracterizou Pinheiros entre os anos de 1850 e 1950 pode ser identificado como um espaço rural, com atividades agrárias, mas influências urbanas, processo contínuo desenrolado até meados do século. A mudança foi rápida. Se os habitantes do final do século XIX conviveram com uma São Paulo com 30 mil habitantes, iluminada apenas no centro, com experiência urbana marcada por um cotidiano relacionado ao universo rural, as pessoas do novecentos paulistano conviveram com uma população de mais de 200 mil habitantes, sem escravidão, com imigração maciça, crescente malha urbana, novos bairros e edifícios: uma cidade em obras (Oliveira, 2000-2001).

A cidade de São Paulo apresentou crescimento contínuo e descontínuo que dificulta a determinação de seus limites no período estudado. Qual, afinal, o limite da cidade e a relação com o bairro de Pinheiros? Em termos físico-territoriais, o crescimento urbano foi apenas aquele que se deu de forma contínua, centrípeta, a partir do centro? (Villaça, 1997). Núcleos coloniais como Pinheiros e São Miguel Paulista, para os padrões dos séculos XVIII e XIX, eram considerados “cidades” vizinhas, autônomas de fundações independentes (Villaça, 2001). Pinheiros só no início do século XX foi “absorvido” por São Paulo, conurbando-se.

Apesar do relativo afastamento geográfico, Pinheiros sempre foi um local de passagem, porta do sertão a partir do “caminho de Pinheiros” (Av. Rebouças). Caracterizado pelos bosques de araucária, com reflexos na

toponímia do bairro (Ab'Saber, 2004), a ocupação da margem direita do rio relaciona-se a sua utilização enquanto via fluvial (conexão com o Tietê), para transporte, escoamento de produção, manejo de recursos, pesca, caça e coleta. Diversos estudos ressaltam a fartura de peixes do rio Pinheiros e a pesca do bagre no córrego Pirajuçara (Jorge, 2006). Canoas e portos fluviais caracterizaram esta curva do rio. A rua Butantã possuiu uma das primeiras pontes para a outra margem, e a rua Paes Leme terminava num porto fluvial, o porto do Veloso, assentado sobre banco de areia. Soma-se, portanto, ao entorno do sítio Pinheiros 2 os aspectos de uma área portuária fluvial, com chegadas e saídas constantes, com passagem de mercadorias e pessoas.

Se a dinâmica com o rio dava-se, por um lado, positivamente, a ocupação de sua planície de inundação resultou em diversas estratégias para conviver com as águas. As inundações impediam a utilização permanente do terreno da várzea e, por isso, a Light Power & Co. deu início às obras de retificação e canalização do Pinheiros nos anos 1920. Antes disso, em 1860, não mais que 200 casas foram indicadas para o bairro (Petroni, 1958), e sua primeira aparição em mapas oficiais só se daria na Planta Geral da Cidade de São Paulo de 1897 (Passos & Emidio, 2009). A integração de Pinheiros à massa urbana não foi a única causa de seu crescimento populacional. As linhas de bonde da Light chegaram ao Largo de Pinheiros no começo do século XX, anos depois alcançando a Rua Paes Lemes, suprimindo o porto do Veloso (Amaral, 1985).

Em 1910, o chamado “mercado dos Cai-piras” foi aberto na esquina da rua Teodoro Sampaio com a Cardeal Arcoverde e passou a integrar o polo comercial do bairro, junto da antiga rua do Comércio. Na mes-

ma época vieram imigrantes, italianos e japoneses, envolvendo-se no plantio de hortaliças (como batatas) e no comércio de secos e molhados. Para Amaral (1985), o relativo distanciamento fez com que Pinheiros abastecesse-se a si mesmo, dialógico a “cidade”. Nos anos 1940, o aquecimento imobiliário da região acarretou o aumento dos hortifrutigranjeiros e nos anos 1950 os imóveis comerciais começaram a tomar conta.

Os aspectos periurbanos de Pinheiros, sua relação com vias de circulação importantes, a presença de boiadas, mascates, o mercado caipira e o comércio, o constante diálogo entre a cidade e o campo, permitiram aventar a hipótese de que os ocupantes da unidade doméstica da Área 5 consumiam mercadorias de modo mais fluido, líquido (Baumann, 2007) enquanto camadas médias da população: nem tão dinâmicos como a cultura material de algumas camadas mais pobres parece indicar, com seus reusos, reciclagens, ciclagens laterais e manutenção, às vezes extremados (Sneddon, 2006), nem tão rígidos com normas e rituais elitistas, em especial no escopo do universo alimentar. Buscaremos apontar tais aspectos analisando os artefatos descartados no quintal.

No âmbito da Arqueologia da cidade de São Paulo poucas foram as unidades domésticas dos séculos XIX e XX escavadas, como os sobrados do centro (o sítio Florêncio de Abreu e o Solar da Marquesa de Santos) pelo Programa de Arqueologia Histórica conduzido por Margarida Andreatta entre os anos 1970 e 1990, que se tornaram alvo do mestrado de Carvalho (1999). Além disso, pesquisas conduzidas por Zanettini no bairro da Luz, no sítio Quadra 090, escavaram quintais e lixeiras referentes ao século XIX (Zanettini Arqueologia, 2010). Recentemente, o sítio Paço das Ar-

tes, referente a inúmeras casas do século XIX no vale do Anhangabaú, foi alvo de pesquisas arqueológicas.

Escassas são as pesquisas, todavia, sobre refugos relacionados ao século XX. Poucos também são os parâmetros para o estudo de camadas médias e baixas na cidade, sob ótica arqueológica, e o presente artigo insere-se neste *gap*. Para isto, entende-se “camadas médias” como aquelas formadas pelos indivíduos sem grandes capitais para investir no alto comércio, voltados a atividades que não exigiam significativas somas, moradores de casas de pequeno porte, distanciadas do centro, onde habitavam pessoas desprovidas de alto poder aquisitivo, consumindo artigos preferencialmente nacionais (Deaecto, 2001).

Ao analisarmos o contexto doméstico da Área 5, pressupomos que a casa é uma unidade social crítica e vital para a compreensão de alguns aspectos da vida social (Beaudry, 2004). Aspectos da arquitetura e do refugio podem ser interpretados como pistas em torno da vida dos moradores do bairro de Pinheiros entre os séculos XIX e XX. A cultura material da Área 5 auxilia na compreensão das transformações dos moradores até sua efetiva incorporação ao tecido urbano?

## A CASA

A Área 5 do sítio Pinheiros 2 caracteriza-se por um único lote, com aproximadamente 10,8m x 76,7. Foi prospectado por meio de trincheiras (5x1m), na forma de *transects*, a cada 5m, abertas com auxílio de retroescavadeira. A partir delas foi possível localizar concentrações e os alicerces de uma antiga casa, além de tecer inferências sobre o comportamento estratigráfico e o processo de formação do registro. Casa e quintal foram, então, escavados a partir do sub-quadrículamento (1x1m) de amplas

unidades de escavação aplicadas em locais de interesse.

Desde o início do projeto, quando do levantamento das fontes secundárias, foi possível determinar a existência da construção no lote. Mapas como o Sara Brasil, de 1934, e a aerofotogrametria de 1958, do Geoportal, indicam a construção.

A evidenciação dos alicerces da casa, térrea, em tijolos maciços, permitiu a construção da planta baixa de uma unidade composta por cinco ou seis cômodos, ausente corredores, com recuo do limite do lote de cerca de 5m. Os primeiros três cômodos parecem remeter a um primeiro episódio de construção do edifício (com argamassa de barro e olarias AM e AC), seguido pelos últimos três ou dois, fruto de reformas posteriores (argamassa de cimento e olarias O O e LVM). Se o bairro possuía antes algumas moradias em barro, as constantes inundações do rio Pinheiros devem ter impulsionado a substituição da taipa por tijolos (ainda considerando a existência próxima de diversas olarias, tornando fácil o acesso ao produto. A “Planta Geral da cidade de São Paulo de 1914” indica uma olaria no outro lado da Rua Butantã, em frente à casa [Passos & Emídio, 2009]).

A probabilidade de tratar-se de uma casa térrea não pauta-se apenas na análise da planta baixa. O mapa “Áreas residenciais de Pinheiros”, que mostra o bairro entre os anos 1940-1950, registra a casa como “residência média” (existindo “residências finas”, “residências modestas” e “edifícios com mais de 2 pavimentos”). Para o período de 1875 e 1900, Oliveira (2000-2001) mostrou que 10% dos imóveis presentes na amostra de testamentos paulistanos analisada eram sobrados, acompanhados por 90% de casas térreas. Segundo a autora, “passear na cidade de São Paulo,..., era ainda andar cercado de casas térreas, e vez por outra o horizon-

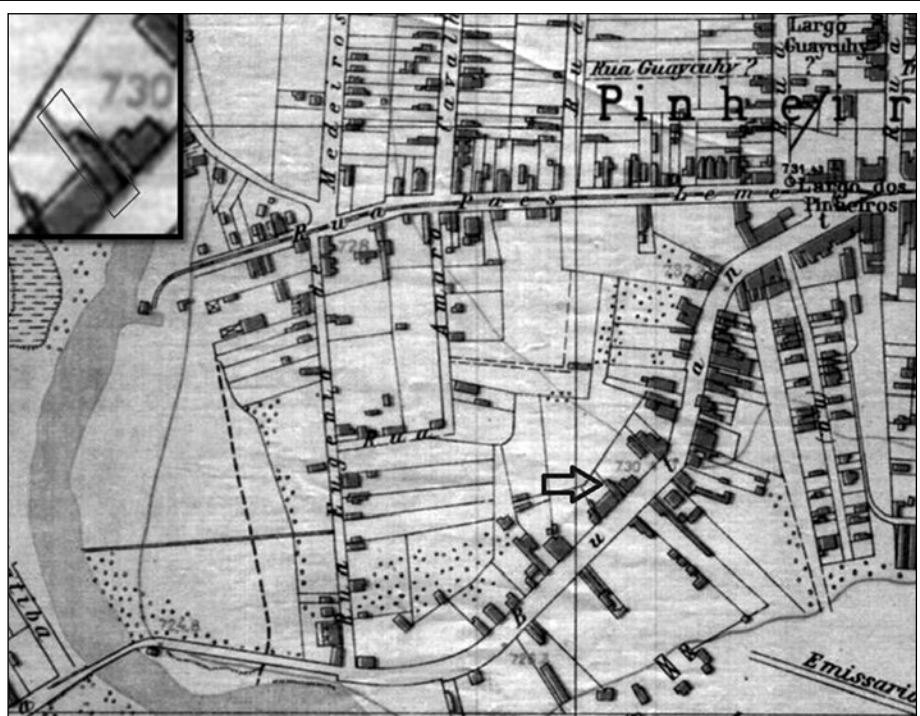


Figura 1: Mapa Topográfico do Município de São Paulo, SARA BRASIL, 1930. A seta indica o lote escavado.

te modificado por um sobrado (...) São Paulo era uma cidade muito horizontal, basicamente de casas de um só pavimento. Casas ainda, em sua maioria, construídas no alinhamento, com suas janelas e portas abrindo para a rua” (Oliveira, 2000-2001). A imagem a seguir ilustra o quadro.

O programa da casa sugere relação com grupos médios da cidade: possuía de uma a duas janelas, uma porta, quintal fechado por muros de tijolos. Os apartamentos enfileirados, o da frente com janela para a rua, servindo de sala, e os demais de quarto de dormir (em geral alcovas sem janelas); ao final, a cozinha e o alpendre davam para o

quintal (Algranti, 1997). Para Lemos, a unidade de cinco cômodos com cozinha aos fundos indica uma “casa popular, onde há superposição das funções de serviço e estar, ocupação doméstica e lazer, e que se caracterizaria por sua localização nos arrabaldes e saídas da cidade”. Casas com reduzido número de cômodos como esta não deixariam dúvidas sobre a superposição de funções e



Figura 2: Rua Butantã início dos anos 1920. Foto Raul Goldschmidt (Acervo DPH)

atividades, além da falta de privacidade de seus moradores (Algranti, 1997). A fluidez da utilização dos cômodos não se resumiria apenas ao morar, mas ao uso dos objetos e do que representavam em termos de consumo para os moradores que habitaram a casa da Área 5. As escavações permitiram notar ainda que a mesma caracterizou-se por uma junção de modos, com recuo relacionado a portão lateral (Oliveira, 2000-2001).

Com a construção dos palacetes, a partir da década de 1890, a diferenciação social baseada nas casas paulistanas tornar-se-ia gritante. O cotidiano das casas térreas de portas e duas janelas, sobrados com negócios embaixo ou com andares alugados, cujas marcas da vida rural eram evidentes, formavam um mundo distante daquele do palacete ou dos sobrados do centro (Oliveira, 2000-2001).

Para as camadas médias e médias-baixas da época, a instabilidade era uma realidade, e buscaram estratégias para sobreviver às variações econômicas pelas quais a cidade passava. O investimento em bens de raiz foi estratégia escolhida por muitos, às vezes mais por questões de condição de vida e simbologia de distinção social do que pela estabilidade que o imóvel fornecia. Como mostrou Oliveira, perder o imóvel, muitas vezes por dívidas, era comum na época. O processo fica evidente quando arrolamos os moradores/proprietários do lote em questão.

Entre os anos 1870 e a década de 1930, a casa teve função principalmente residencial. Com os anos 1950, a atividade comercial prevaleceu até que em 1973 foi derrubada. Segundo consta na documentação, em 1876 Antônio José da Rosa e Silvéria Maria do Prado moravam no lote com casa e quintal. Em 1890, o local passou a ser a residência de Anna Rosa Esteves. Em 1900, Emílio Loega constrói imóveis comerciais no terreno. Em 1903, Anna Rosa recompra o terreno que um

ano depois seria adquirido por Eugênia Medeiro Vaz. Conforme registro de outubro de 1924, “Eugenia Guiomar de Medeiros adquiriu por divisão de Cecília Olympia de Medeiros um prédio novo na Estrada dos Pinheiros, no Bairro dos Pinheiros, na Freguesia do Espírito Santo da Bela Vista, com duas janelas de frente, seis cômodos internos forrados e assoalhados e entrada ao lado por um portão de ferro, medindo casa e terreno 11m de frente, por 70m da frente ao fundo”.

A nova dona alugou o imóvel para a família de imigrantes italianos Viggiani em 1929; em 1931, Francisco Severo San Juan torna-se o novo morador. Em 1958, a Três Leões Cia de Comércio Indústrias e Representações S/A, loja de departamento, ocupa o lote, adquirido, em 1962, por Francisco Antônio Marques e Almiro Simões que constroem galpões à rua Amaro Cavalheiro, destruindo a vila de casas que existia ali. Em 1967, a Argos Automóveis compra todo o terreno cujas construções seriam demolidas seis anos depois quando a EletroRadioBraz adquire tudo. Este último episódio fica marcado com a camada de aterro de material construtivo que recobre o sítio, imediatamente abaixo do asfaltamento que o transformou em estacionamento.

Por isso, a casa (que, para além de residência ganhou diferentes usos, em especial a partir dos anos 1950), uma unidade doméstica, não foi escavada apenas como “unidade”, mas enquanto local complexo de interações, intimidades, emoções e conflitos (Beaudry, 2004). Esta unidade relaciona-se a produção, reprodução, consumo e socialização de seus moradores/usuários (Mrozowski, 1984).

Dáí a relação espacial entre casa e quintal, como locais de socializações diversas. O domínio casa-quintal (Rebouças, 2000), aos moldes de um recorte já urbano do lote, ainda apresentava aspectos de uma vida cam-

pestre. A este modo de vida associava-se o quintal como o reservado, a área dos fundos, com acesso apenas pela cozinha, de onde se via um pomar ou horta; nele, os objetos descartados teciam as redes de um cotidiano que não necessariamente se queria mostrar, tendo em vista um *status* social que se negociava com a comunidade do bairro entre o final do século XIX e o início do XX. A maneira como a casa foi dividida e concebida expressava um modo de viver em Pinheiros e suas mudanças remetem a diferentes formas de se relacionar com o espaço do lote (Schrijnemaekers, 2006).

## O QUINTAL

Impressiona notar que no lote ainda existiam, no que seria o quintal, sobrevivendo à cidade, árvores frutíferas como abacateiro, amoreira e mangueira, remanescentes prováveis de um antigo pomar que, além ornar, fornecia alimento. Esta área, íntima, com uso diferencial, que não recebia e não permitia a circulação e a visualização de todos, possuía uma “arquitetura”, uma organização do espaço, específica (Leone, 1984).

Por isso, num segundo momento de escavações, deu-se foco ao quintal. As intervenções permitiram tecer inferências espaciais (e crono-espaciais) sobre os vestígios. O lote apresenta 3 lixeiras, escavadas no solo, e uma área de descarte, assim denominada por estar caracterizada por lixo lançado e aglomerado aos fundos do quintal, cujos fragmentos possuem tamanhos menores do que os das outras concentrações. As lixeiras (Lixeira UE22, Lixeira UE23, Lixeira UE24) e a área de descarte (Área de descarte UE25) apresentaram em seu interior aspectos que as diferenciam cronologicamente, e detalhes que permitiram notar mudanças em escolhas de consumo. Também possibilitaram orquestrar comentários sobre o processo de formação do terreno.

Como pontuou Mrozowski (1984), processos de formação em áreas urbanas são particularmente complexos e as ações do arqueólogo urbano acompanham as exigências do rápido crescimento das cidades. Isso evidencia dois maiores problemas metodológicos em torno do contexto: como perceber mudanças e ciclos de morada e como isolar os conjuntos artefatuais referentes a cada morador. Partindo-se do pressuposto, aqui, de que “a casa é o palco permanente das atividades condicionadas à cultura do seus usuários” (Lemos, 1999), as características e as formas de deposição no espaço seriam igualmente informantes de aspectos da unidade doméstica (Beaudry, 2002).

Os variados moradores/usuários da casa são indicadores de mudanças que afetaram a unidade, resultando em uma série de assinaturas arqueológicas (Mrozowski, 1984) que permitem acessar, de algum modo, aspectos sociais das pessoas que com ela interagiram. Essa dinâmica caracterizou o material arqueológico como um palimpsesto de depósitos relacionados a diferentes fases da ocupação do lote (La Motta & Schiffer, 1999), nos quais artefatos de cronologias diferentes estão misturados. No entanto, dois momentos puderam ser percebidos após a análise dos indicadores cronológicos da coleção: um entre 1830 e 1860, provavelmente anterior a própria casa, e um entre 1920 e 1950.

Os vestígios móveis identificados no quintal remetem, grosso modo, a refugos secundários de três tipos: artefatos fortuitos, descartes concentrados na superfície do quintal e lixeiras.

No que concerne aos “artefatos fortuitos”, são fragmentos “isolados”, aparentemente aleatórios, referentes a descartes fugazes, simplesmente “lançados” no quintal, de objetos que quebraram, sem grandes concentrações ou não respeitando uma mesma área de descarte. Podem ser resultado, igualmen-

te, de práticas de limpeza dos quintais, como varrer, que para trás deixaram um ou outro fragmento. Aparecem ao longo de todo o quintal, sendo peças do começo do século XX (mas também de meados do século XIX em camadas mais profundas).

O que se convencionou classificar como “descarte concentrado em superfície” são concentrações de materiais espalhadas por uma área relativamente grande que se relacionam à superfície, ou a camada mais superficial, do antigo quintal. Estes descartes correspondem a artefatos descartados em áreas específicas ou a atividades de limpeza do quintal, que varria os refugos superficiais para um mesmo ponto. As intervenções realizadas indicaram que este tipo de prática ficou bastante focada no fundo do lote, área de pouca circulação e visibilidade, longe o suficiente da unidade habitacional, onde haveria pouca preocupação com esconder o lixo, uma vez que a simples distância já implicaria nesse “esconderijo” olfativo e visual. A maioria dos vestígios associados a esta prática é do começo do século XX, mas é possível encontrar peças do XIX.

A área de descarte, aos fundos do lote, caracterizou-se por camada de 20 a 40 cm de profundidade que ocupava quase toda a largura (dos fundos) do terreno. Além dos artefatos em tamanho bastante diminuto, observou-se um grande número de micro-cerâmicas (menores de 2 cm) e de artefatos de diferentes cronologias em iguais cotas.

No que concerne às “lixadeiras”, constituem um dos mais recorrentes vestígios arqueológicos associados às cidades, em especial nos séculos XIX e XX. Caracterizam-se por buracos escavados no solo destinados à deposição de lixo e excrementos, associados a concepções de higiene e sanitário específicas e a relação do homem com seus “restos”. Para Wheeler (2000), as lixeiras são importantes vestígios contenedores de ideias relacionadas à higiene, saúde, beleza e privacidade, bem como for-

necem dados sobre dieta, status socioeconômico, divisão entre lotes/famílias, métodos de construção e manutenção ou mudança de comportamentos e práticas.

As lixeiras, ou o que a literatura de língua inglesa chamou *privies*, diferenciam-se, assim, dos *trash-pits*, também encontrados em contextos urbanos, entendidos como concavidades construídas com fins outros e, pós-abandono, utilizadas para descarte de lixo e dejetos, como poços, latrinas, etc. Exemplos de lixeiras podem ser encontrados em outros contextos arqueológicos na cidade de São Paulo como nos sítios Casa Bandeirista do Itaim Bibi, Instituto Bom Pastor e Quadra 090; *trash-pits* ou fossas de lixo foram localizadas no sítio Quadra 090 (Zanettini Arqueologia, 2010).

As pesquisas diagnosticaram que, como é comum neste tipo de estratégia de descarte, as lixeiras foram escavadas no solo, provavelmente com tempo e investimento de força de trabalho de alguém contratado (ou empregado) que retirou o volume de terra do local. Infelizmente não se sabe para onde fora tal sedimento e como foi usado. Apesar disso, as lixeiras possuem algumas particularidades.

A primeira delas, próxima da rua Butantã, a Lixeira UE22, foi a única localizada abaixo dos alicerces da casa, sendo, portanto, anterior a mesma. Anterior, quiçá, a 1876, quando Antônio e Rosa ocupam a pequena casa do local. Voltada a uma área de passagem, a rua do Comércio, esta lixeira remete a não-ocupação do lote, ao lote como terreno “baldo” ou como borda de algo situado no interior da quadra. As faianças finas nela identificadas referem-se ao período entre 1830 e 1860, justamente o momento último do uso do terreno do sítio Pinheiros 2 como olaria. Depois dela, duas outras lixeiras e uma área de descarte foram identificadas ao longo do quintal, sem sobreposição de alicerces. As lixeiras eram claramente “buracos” no solo, com sedimento diferente daquele externo; abaixo das mes-

mas, alguns artefatos do século XIX, do período de 1830-1860.

Além das observações estratigráficas feitas durante as escavações, a utilização de ferramentas estatísticas para a construção de gráficos distributivos e de densidade permitiu visualizar padrões espaciais dos vestígios. A seguir, o gráfico (Surfer Demo 10) permite observar, de modo bastante didático, quatro picos de concentração de material correspondentes às lixeiras; o vazio entre eles (entre a UE22 e a UE23) representa o local da casa. A Lixeira UE22 está abaixo da casa (tendo seus 30 primeiros centímetros sido afetados pela construção do alicerce). As demais lixeiras e a área de descarte acompanham o comprimento do terreno (do lote) que corresponderia ao quintal. Nota-se uma quantidade maior de vestígios na área de descarte UE25, conformada por refugos nos fundos do lote, sem a preocupação de compor pequenas lixeiras, provavelmente bastante marcado por processos de limpeza:

Sobre a Lixeira da UE22, ressalva seja feita, uma vez que seu contexto (da primeira metade do século XIX) não parece remeter ao mesmo do restante do quintal enquanto unidade doméstica. Para além das diferenças artefatuais, sua localização à beira da Rua Butantã pode estar relacionada: a) ao refugio da própria olaria que existia no sítio Pinheiros 2 que

foi, em determinado momento do século XIX, varrido ou descartado no próprio buraco ou b) a unidade doméstica próxima ou a ocupação do começo do século XIX nos terrenos adjacentes.

A Lixeira UE22, com aproximadamente 1m de profundidade, era provavelmente mais profunda dado ter sofrido alterações com a construção da edificação. Apresentou apenas duas camadas, visíveis a olho nu, com intercalação de lentes de carvão que sugerem processos de queima, em diferentes etapas, de seu interior. Não se tem certeza de que ela foi formada por descartes regulares de lixo por determinado tempo ou se resíduos espalhados por terrenos foram unidos em processo de “limpeza”, unindo diferentes cronologias.

As Lixeiras UE23 e UE24 são lixeiras propriamente ditas, cavadas com o propósito de enterrar o lixo, ordenar a sujeira, dialogando com algumas práticas higienistas. A primeira atinge cerca de 70 cm de profundidade, enquanto a segunda 100 cm. Estão em contato direto com a camada de aterro e a capa asfáltica que recobriram todo o terreno pós 1972, as quais podem ter cortado os últimos momentos das lixeiras, em seus níveis mais superficiais.

A localização das lixeiras escavadas no solo, aos fundos do quintal, é patente da conjuntura que se formava para São Paulo. Ela faz

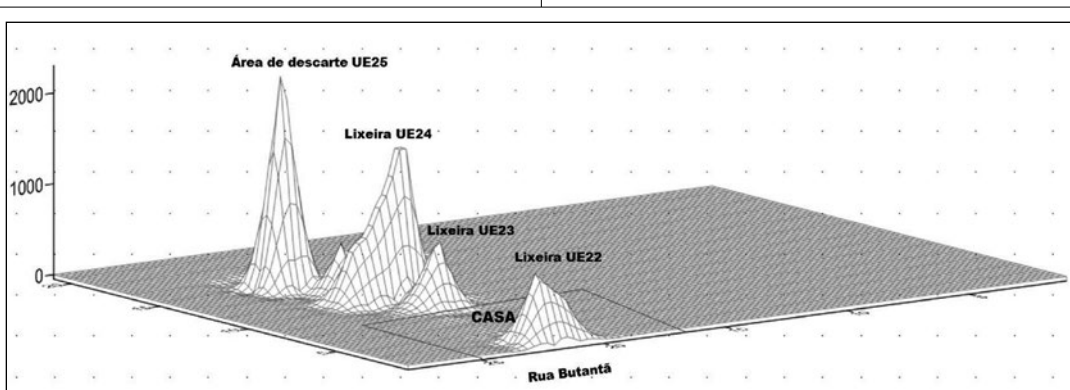


Figura 3. Gráfico de densidade e distribuição espacial.

parte do ideal do lixo que não se quer mais ver, do enterramento dos restos para impedir a proliferação dos gases pestilentos e miasmas e, concomitante, de estratégias culturalmente orientadas para resolver a problemática, ainda bastante atual, da produção de resíduos no mundo urbano. Algum tempo depois, em torno dos anos 1950, o lixo que não se quer mais se ver passa a ser destinado aos aterros sanitários, prática do pós-guerra que ganhou popularidade ao “banir” do convívio social os vestígios de nossas atividades. Ressalvas, no entanto, sejam feitas, uma vez que Pinheiros dos anos 1920 ainda não estava completamente abraçada pela mancha urbana, justificando a área de descarte UE25, com lixo em superfície. Os modos de lidar com os descartes ainda fluíam, todavia, entre o enterrar e o descartar em superfície, não se estando preso às amarras de comportamentos normativos sanitários como é possível observar em outros contextos do centro.

## O REFUGO

Apesar das semelhanças lixeiras e áreas de descarte possuem também aspectos particulares que as diferenciam. Os materiais predominantes na Área 5 são metais (bastante fragmentados), vestígios osteodontomalacológicos, faianças finas, cerâmicas e vidros. Nota-se o predomínio da cerâmica de produção local/regional maciçamente na Lixeira UE22 (48%), da faiança fina na Lixeira UE23 (27%), dos metais na área de descarte UE25 (57%) e do material osteodontomalacológico nas Lixeiras UE22 (27%) e UE24 (25%), seguidos pela UE23 (16%).

Uma primeira inferência a ser feita é a de que a quantidade de metal na área de descarte UE25 (58%) pode remeter a processos não apenas de descarte de artefatos metálicos aos fundos do terreno, como também do ato de varrer metais dispersos na superfície para os fundos, tendo em vista que a função do quin-

tal como área de circulação seria inviabilizada pelos pedaços cortantes espalhados no chão.

A segunda concerne à concentração dos vestígios alimentares relacionados a ossos de mamíferos (boi) nas unidades UE22 (27%) e UE24 (25%). As concentrações sugerem dois momentos distintos (meados do século XX e anos 1920-1930), mas também indicam a possibilidade da manutenção da prática de lançar resíduos orgânicos no quintal. A UE22, claro, indica o descarte em terreno baldio ou nas bordas de algo que acontecia no meio da quadra; a UE24, descarte em local com casa e moradores que optaram por enterrar os ossos a descartarem-nos aos fundos do quintal, tendo em vista aspectos como o cheiro, já que são pouco representativos na amostra UE25. A maior parte dos ossos está na lixeira mais distante da casa (UE24).

A terceira inferência remete a escolhas de consumo e mudanças de comportamento no tempo; está clara a diferença entre o predomínio dos artefatos cerâmicos na Lixeira UE22 (48%) e sua quase ausência na UE23 (0,05%). Por outro lado, a faiança fina predomina na segunda (28%), pouco representativa na primeira (12%). Isso indica mais do que associações diretas a status socioeconômicos. Condiz com a existência de populações em Pinheiros bastante conscientes do uso da cerâmica, produzida ainda pelo bairro e integrante de parte do aparato tradicional material que caracteriza o ato de comer. Indica composições identitárias, e talvez étnicas, que dialogavam com escolhas de consumo (o consumo enquanto ato cultural [Barbosa, 2008]) dos moradores desta porção do bairro de Pinheiros, uma vez que escavações em contextos cronologicamente concomitantes, como no Solar da Marquesa e no sítio Florêncio de Abreu (Carvalho, 1999), no centro, mostram preponderância de louças brancas.

Por outro lado, mostra a diacronia da mudança na cultura material dos moradores da

casa ao longo dos anos, da cerâmica para outros materiais, industrializados, como louça, vidro e metal. A adoção de artefatos novos, com novas matérias-primas, nacionais e estrangeiras, foi resultado tanto de um crescimento na capacidade de produzi-los, em especial com a instalação de inúmeras fábricas em São Paulo, como indica mudanças no universo do comportamento de consumo na cidade (Lucas & Schakel, 1994; Souza, 2010).

A Lixeira UE24 e a área de descarte UE25 possuem diversos materiais construtivos, presentes igualmente na UE22. Nessa, foram identificados apenas fragmentos de telhas capa-canal e alguns tijolos maciços, que sugerem ser composta por materiais de diferentes cronologias, já que os tijolos maciços aparecem em São Paulo apenas em 1850 (Oliveira, 2000-2001), anteriores, portanto, às cerâmicas. Por outro lado, tijolos maciços concentram-se na área de descarte UE25 (56%), assim como telhas capa-canal (29%), francesas (42%) e louças sanitárias (94%), indicando descartes diversos nos fundos do quintal. As telhas francesas aparecem apenas na Lixeira UE23 e nos fundos do lote, aventando um momento de reforma do telhado da casa, que passou a adotar telhas planas, produzidas para São Paulo somente após os anos 1920 com a chegada dos irmãos franceses Sacomã.

Apesar dos metais terem apresentado baixíssimo grau de preservação e alta fragmentação devido à umidade do terreno, constantemente inundado, relacionam-se a atividades agropecuárias apenas na lixeira da UE22. A este contexto, associam-se pesos de rede em cerâmica, indicando as inúmeras possibilidades de estudo da arqueologia da pesca em São Paulo. A pesca fluvial foi um recurso alimentar importante; a rede hidrográfica da bacia do Alto Tietê era um convite aos moradores (Ribeiro, 2011).

Diferenças entre as lixeiras também se relacionam aos artefatos vítreos. Inesperada-

mente, o percentual de garrafas é maior na UE22 (94%), mais antiga; por outro lado, vidros de mesa e recipientes para higiene pessoal, farmácia e toucador, passaram a ser consumidos pelos moradores apenas no século XX, presentes em todas as outras concentrações.

Quanto às cerâmicas, fragmentos alisados predominam nas lixeiras UE22 (57%), UE23 (61%) e UE24 (53%), pouco expressivas na área de descarte UE25 (29%). No entanto, as cerâmicas da UE22 remetem ao universo alimentar enquanto nas demais predomina armazenagem (moringa, por exemplo), decoração e ornamentação (vasos). Na Lixeira UE24 prevalecem cerâmicas com decoração cromática (19%), praticamente inexistentes no restante do terreno; remetem, no entanto, especialmente a recipientes para ornamentação. Cachimbos, por sua vez, aparecem representando dois artefatos na Lixeira UE23, um na UE24 e na UE25: preferência dos moradores?

No universo da alimentação, cerâmicas e louças dialogam intrinsecamente. Disputam espaços na alimentação, nas mesas, nas cozinhas, nos locais de armazenamento. Dialogam com escolhas de consumo, comércio, acessibilidade, custos. Dentre as louças, predominam faianças finas (90%), acompanhadas por porcelanas brasileiras e *ironstones* (8%), porcelanas (1%) e biscuits ornamentais (1%). Preponderam formas abertas, como pratos e “pratos de sobremesa” (menores de 18 cm e maiores que os pires), seguidos de tigelas e xícaras. Pequenos pratos predominam na Lixeira UE22, assim como tigelas (para consumo individual, entre 6 cm e 10 cm, e para consumo e serviço, com diâmetro de boca entre 12 e 20 cm), particularizando este descarte, já que o percentual de xícaras é similar em todas as amostras analisadas.

Na cidade de São Paulo, análises arqueológicas sugerem que xícaras e tigelas são indicativas de tensões moderno/tradicional entre formas preferenciais para alimentos (Souza,

2010). A tigela, cuja forma conhecida há centenas de anos, continuou a ser utilizada em louça branca pela população de Pinheiros mesmo no século XIX (22% das formas), quando já tinham acesso às xícaras estrangeiras (18%). Essas não eram, entretanto, a maneira preponderante de beber, indicando, talvez, inovações. Já no século XX, para os habitantes que moraram na casa, a preferência foi pelas xícaras (25%), com uso intenso de pratos rasos (79%).

O modo de utilizar estas formas remete aos modos de viver e escolhas dos moradores desta porção do bairro e a mudanças ocorridas na transição do século XIX para o XX. Primeiramente, considerando que os moradores da casa foram grupos médios e médio-baixos da cidade, dispunham de hábitos, com influências do campo, que permitiam maior fluidez no uso das formas com performances finais similares. Assim como quanto ao uso dos cômodos da casa, as funções dos objetos sobrepunham-se: nem referentes a uma rígida normatização de hábitos a que muitas esferas elitistas estavam submetidas, nem a práticas culturais de reuso e reciclagem, com predominância de tigelas e aquisições por caminhos alternativos ao tradicional ato de comprar, como no comportamento de alguns grupos “pobres” (Souza, 2010). Os grupos médios davam à fluidez da ritualística da alimentação certo limite, que nem por isso os engessava. Moradores de um bairro tradicionalmente oleiro, mas também de passagem de tropas e transporte de mercadorias por vias fluviais e terrestres, a cultura material dos moradores mostra a complexidade de viver-se em área periurbana, portuária, de produção e mobilidade.

Isto é bem representativo no caso das jarras em cerâmica e louça. As jarras, pouco frequentes no registro arqueológico, não indicam aqui status socioeconômico dos moradores como em outros contextos, tais quais os muito bem explorados por Lima nos anos 1990. Indicam

que a dinâmica interna da casa média era tal que os objetos percorriam universos diferentes, que sala e cozinha ainda eram parte de um mesmo mundo, e tentáculos da cozinha espalhavam-se para a sala e vice-versa. Comer, na cozinha ou na sala, era utilizar, ao mesmo tempo, a cerâmica e a faiança fina, a panela de barro e o prato de louça. Se a panela estava na cozinha, ela também ia para a mesa, flutuava entre cocção e serviço, dada a possibilidade de panelas pequenas, como as localizadas nas lixeiras (mais representativas na UE22), irem à mesa (se é que esta existia, tendo em vista o hábito de comer em pé segurando nas mãos o recipiente com o alimento). Por outro lado, se o prato estava à mesa, assim como a tigela, tigelas maiores e jarras também poderiam armazenar, dialogando com consumo individual e serviço.

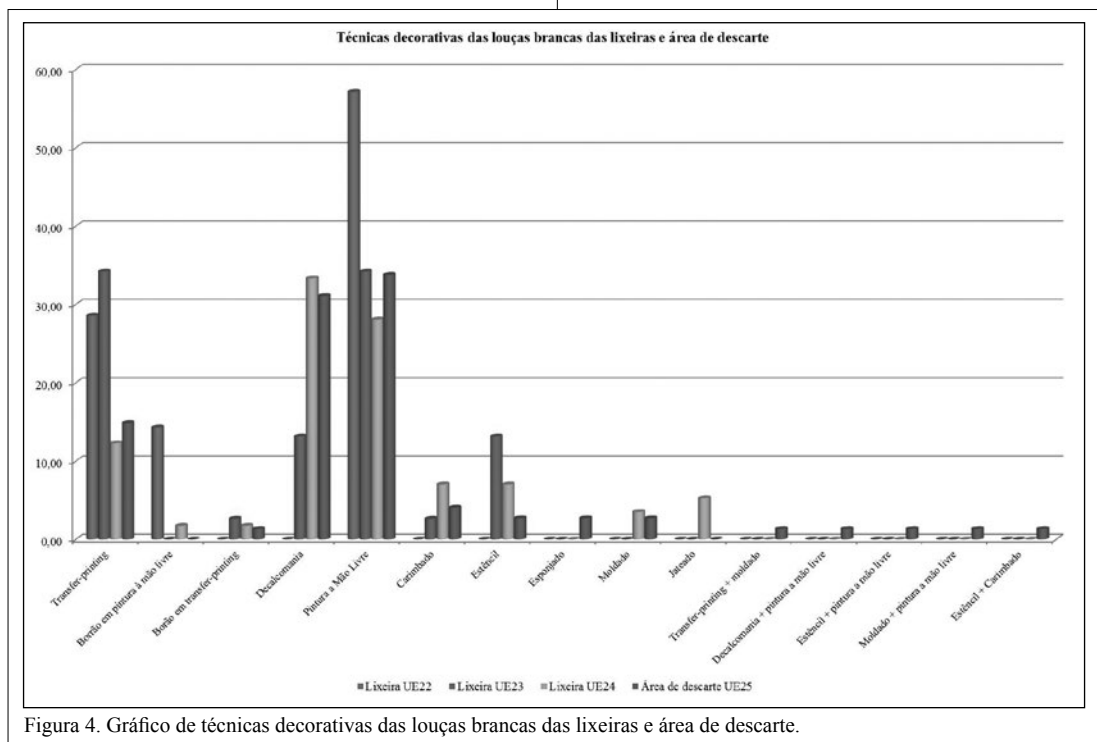
Ainda para o século XIX, as índias aldeadas que ainda moravam em Pinheiros eram excelentes poteiras; sua cerâmica era vendida nos mercados do centro com consumo certo (Moura, 1999). O uso da cerâmica de Pinheiros por seus moradores era plausível, pelo menos durante o tempo das olarias (até meados do século XIX). No século XX, novos moradores juntaram-se a esta população, “invadindo” os territórios tradicionalmente indígenas e mamelucos dos aldeamentos decadentes. A imagem rural a que Pinheiros foi associada por muito tempo pode ter influenciado em tentativas de romper imaginários e acarretado no “banimento” da cerâmica e na adoção de produtos mais industrializados nas primeiras décadas do século XX? Ou no século XX a população de Pinheiros, com as levas imigrantes, já não era aquela a consumir a cerâmica local em profusão, tendo acesso, e preferindo, os produtos industrializados?

Afinal, este é o momento da entrada dos produtos nacionais em um mercado com presença maciça de alguns produtos estrangeiros. Para as louças brancas, as marcas inglesas e

brasileiras misturam-se, relacionadas a seu barateamento no novecentos. Fica claro, portanto, que as lixeiras não são do século XIX pela existência das louças brasileiras, em geral de difícil identificação e bastante negligenciadas pelas análises arqueológicas. As louças da Fábrica Santa Catharina, que barateou a produção de faiança fina em São Paulo manufacturando milhares de produtos entre 1913 e 1937, recorrem por todo o sítio com padrões como as Margaridas e a Flor do Maracujá.

Quanto às louças, predominam os fragmentos brancos, apesar de poderem referir-se a recipientes decorados quebrados. Por outro lado, fica claro que as decorações pintadas (79%) são preferência dos moradores que habitaram a casa no século XX, não escolhendo recipientes brancos com decoração em superfície modificada. Preferiram, portanto, as cores. As decorações em relevo aumentam em quantidade da Lixeira UE22 (5%) para a UE23 (7%), para a UE24 (16%) e finalmente para a área de descarte UE25 (22%).

Existem, no entanto, pequenas diferenças relacionadas ao consumo destes objetos, observados na distribuição espacial dos padrões decorativos. Predominam decorações em pintura a mão livre (41%), decalcomania (33%) e *transfer-printing* (26%). Pinturas à mão livre e *transfers*, técnicas correntes no século XIX, estão na Lixeira UE22 (57% e 28%) e no material fortuito localizado ao longo do quintal (33% e 15%). Por outro lado, decalcomanias e estênceis, típicos do século XX, estão presentes, em especial, na Lixeira UE24 (33% e 7%) e na área de descarte UE25 (31% e 2%). Entre as duas, a UE23 apresenta *transfer-printing* (34%), pintura a mão livre (34%), decalcomania (13%) e estêncil (13%). A área de descarte UE25 possui os mais variados tipos de decoração, inclusive associações de técnicas (em 5%), que caracterizam típicas louças brasileiras. O gráfico abaixo indica os percentuais: Figura 4.



Os padrões decorativos diferem-se também: predomínio de padrões ingleses como o *peasant style* e o *royal rim* na Lixeira UE22, mais antiga, enquanto nas demais recorrem faixas e frisos, trigais, *willows* e florais brasileiros como a Flor de Maracujá. Predominam, no oitocentos, os padrões que pouco ocupam a superfície do suporte, com temas bucólicos; por outro lado, o novecentos em Pinheiros adota as cores nas louças, com grandes faixas e frisos, florais, fitomorfos e geométricos, além dos *willows*. Claro que a área de descarte UE25 apresenta desde um *blue edged* até louças da Fábrica Barros Loureiro, de São Caetano do Sul, confirmando sua função enquanto receptáculo de refugos ao fundo do quintal, de temporalidades diversas.

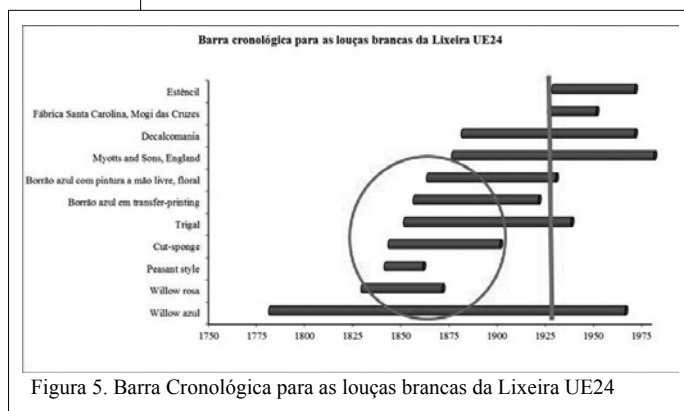
As barras cronológicas a seguir dão-nos pistas das cronologias da Área 5. Por serem produtos padronizados, que apresentam períodos de produção específicos, as louças podem atuar como indicadores cronológicos do espaço de tempo de uma ocupação (Symanski, 1998). O período de produção de um determinado tipo é indicado pelos atributos da pasta, forma, decoração, dureza, cor, vidrado, etc. (South, 1977).

Um dos artifícios utilizados para se obter uma datação aproximada do início da ocupação de uma área, com base nos fragmentos de louça, é o princípio do *terminus post quem*, que consiste em considerar a data inicial do artefato de produção mais antigo presente na amostra como a data mais recuada para o início da formação do depósito. Visando determinar o provável intervalo de deposição, as louças para as quais foi possível identificar datas iniciais, e por vezes finais (destarte problemáticas específicas em relação a isto) de produção, foram

representadas graficamente na barra cronológica de tipos, proposta por South (1977). Essa representação permite aproximação dos prováveis intervalos de maior intensidade ocupacional, pautada no princípio de que maior/menor intensidade de ocupação é representada pela maior/menor frequência e diversidade de tipos coexistindo em um mesmo período.

Notou-se um recuo das datas de produção dos materiais da Lixeira UE22 que, como afirmamos, seria anterior aos anos 1870, ano de construção da casa que a “la-crou”. A maior parte dos indicadores cronológicos da UE23 remete aos anos de 1925. Já a Lixeira UE24, a 1928, enquanto a UE25 possui artefatos majoritariamente localizados entre 1920 e 1950 (indicados pela linha vermelha).

Contudo, recorrem nas quatro amostras artefatos referentes a meados do século XIX (círculo vermelho). Algo, portanto, ocorreu no terreno entre 1830 e 1860; o mais provável é que o terreno tornou-se baldio, após ou concomitante ao declínio da olaria, e alvo de descartes fortuitos. Por outro lado, a presença de alguns artefatos meio às amostras das lixeiras e da área de descarte, podem indicar processos de formação (varrer?) que durante a construção das lixeiras uniram materiais dispersos pelo terreno. Não parecem remeter a pro-



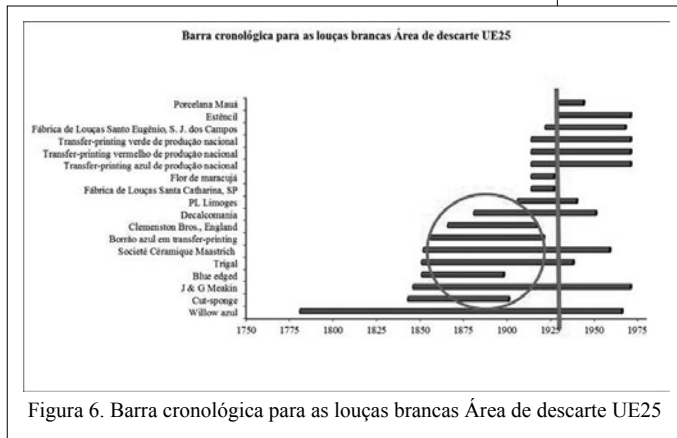


Figura 6. Barra cronológica para as louças brancas Área de descarte UE25

cessos conservativos, de manutenção ou curadoria (Schiffer, 1972).

Os anos 1920 e 1930, que caracterizam outro momento (preponderante em termos de cultura material) de conformação do terreno são concomitantes a habitação da casa pela Família Viggiani, imigrantes italianos que chegam em 1929, e depois de Francisco San Juan, um dos últimos moradores antes do local tornar-se comercial. Não parecem, no entanto, ter sido responsáveis por todos os descartes, talvez varrendo o lixo anterior a eles para os buracos escavados.

## AS CONSIDERAÇÕES

Os moradores da casa escavada, pertencentes à classe média paulistana que se conformava, provavelmente trabalhadores liberais, encontraram, em Pinheiros, local para assentar morada, em espaço sito entre o rural e o urbano, recém-chegado o bonde e no momento de retificação do rio, que tornava as áreas de inundação menos insalubres. Interagiram de modo particular com a geomorfologia local, pescando os últimos peixes de um rio que em breve “morreria”. Optaram por louças de fábricas brasileiras e inglesas baratas, comercializadas em armazéns na antiga Rua do Comércio. Prezaram pelas cores, diferente do que

vinha ocorrendo em sobrados e palacetes com opções de branco e alvura. Adquiriram padrões de fácil reposição, como faixas e frisos de diferentes tonalidades.

Muitos dos produtos adquiridos deveriam ser obtidos no mercado Caipira. Utilizavam poucas cerâmicas, talvez apenas para ordenar o quintal com vasos. Optaram por descartar os restos alimentares abaixo da superfície, para manter um mínimo de salubridade no quintal onde circulavam, constantemente varrido, juntando o lixo em superfície nos fundos, onde lançavam outros refugos. Com visitas e interações sociais, preocupavam-se com esse espaço, com o que iriam pensar os vizinhos, transformando e personalizar o ambiente (Schrijnemaekers, 2006).

As camadas médias da população inseriam-se na cidade, dialogando com os modos das elites, a partir de suas próprias maneiras e traços identitários, ao optar por produtos que condiziam com suas lógicas de consumo. Mantinham traços ainda rurais de um bairro que iria rapidamente se urbanizar, tamanha a ebulição imobiliária pós a canalização do rio. Não buscaram, necessariamente, se atualizar conforme modelos, mas dialogaram com a entrada de produtos nacionais como as louças brancas. Ainda relacionavam-se com a rua, mantendo o modo construtivo próprio da casa térrea. A casa e os artefatos não eram demonstrativos de status socioeconômicos, mas de traços identitários. Compartilharam espaços da sala, cozinha e quintal com a própria família, possíveis empregados, ex-escravos, e com os últimos indígenas moradores das terras tradicionais do antigo aldeamento.

Lidavam com o crescimento da cidade de

São Paulo mantendo certa fluidez quanto aos usos dos objetos, dos espaços e no trato de seu quintal, reservado. Reservado mas organizado, com práticas que marcaram seu processo de formação, com circulação e socialização entre moradores e pessoas íntimas. Aos menos íntimos a sala e a própria rua ainda eram locais privilegiados de trato. Não havia, aparentemente, necessidade de expressar posição social, em um mundo instável e dinâmico como o da São Paulo da belle époque no século XX, mas, talvez, de afirmar identidade a partir do uso de objetos como cerâmicas e louças coloridas. Consumindo recipientes que respondiam a demandas diversas, contornaram políticas normativas de comportamento que se acirravam nos contextos elitistas e dos operários de bairros mais centrais. *SB*

## REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICAS

### DOCUMENTAÇÃO PRIMÁRIA

- Matrícula n° 9.679 do 10° Oficial de Registro de Imóveis da Capital.
- Matrícula n° 9.681 do 10° Oficial de Registro de Imóveis da Capital.
- Transcrição n° 37.700 do 1° Oficial de Registro de Imóveis da Capital.
- Transcrição n° 8.569 do 4° Oficial de Registro de Imóveis da Capital.
- Transcrição n° 12.188 do 4° Oficial de Registro de Imóveis da Capital.
- Transcrição n° 9.625 do 4° Oficial de Registro de Imóveis da Capital.
- Transcrição n° 16.151 do 4° Oficial de Registro de Imóveis da Capital.
- Transcrição n° 16.829 do 4° Oficial de Registro de Imóveis da Capital.
- Transcrição n° 16.193 do 4° Oficial de Registro de Imóveis da Capital.

### FONTES SECUNDÁRIAS

- AB'SABER, A. 2004. O solo de Piratininga. In: BUENO, E. (org.). *Os nascimentos de São Paulo*. São Paulo, Ediouro, pp. 23-46.
- ALGRANTI, L. M. 1997. Famílias e vida doméstica. In: NOVAIS, F. & SOUZA, L. M. (org.) *História da vida privada*, v. 1. São Paulo, Companhia das Letras, pp. 54-96.
- AMARAL, A. B. 1985. *História dos Bairros de São Paulo – Pinheiros*. São Paulo, Prefeitura Municipal.
- AZEVEDO, A. 1963. Pinheiros: aspectos geográficos de um bairro paulistano. São Paulo, Edusp.
- BAUMAN, Z. 2007. *Vida de Consumo*. Madrid, Fondo de Cultura Económica.
- BEAUDRY, M. C. 2004. Doing the Household: new approaches to the Archaeology of Households. In: BARILE, K. S. & BRANDON, J. C. (org.) *Theorizing the domestic sphere in Historical Archaeology*. Alabama, Alabama University Press, pp. 254-262.
- BEAUDRY, M. C. 2004. Household archaeology. ORSER, C. (org.) *Encyclopedia of Historical Archaeology*. Routledge: London/NY, 2002, pp. 301-310.
- CARVALHO, M. R. R. 1999. *Pratos, xícaras e tigelas: um estudo de arqueologia Histórica em São Paulo, séculos XVIII e XIX*. Dissertação de Mestrado. São Paulo, Usp.
- COELHO, F. (org.) 2002. *O Rio Pinheiros*. São Paulo, SMA.
- DEAECTO, M. M. 2001. *Comércio e vida urbana na cidade de São Paulo (1889-1930)*. São Paulo, Senac.
- JORGE, J. 2006. A pesca na cidade de São Paulo, 1890-1940. *História – Revista Eletrônica do AESP*, 14.

- LA MOTTA, V. M. & SCHIFFER, M. 1999. Formation processes of house floor assemblages. In: ALLISON, P. M. (org.) *The Archaeology of Household Activities*. London/NY, Routledge, pp. 19-27.
- LEMONS, A. C. 1999. *A República Ensina a Morar (melhor)*. São Paulo: Hucitec
- LEONE, M. 1984. Interpreting ideology in historical archaeology: using the rules of perspective in William Paca Garden in Annapolis, Maryland. In: MILLER, D. & TILLEY, C. (eds.) *Ideology, Power and Prehistory*. Cambridge, Cambridge University Press, pp. 25-35.
- LUCAS, M. T. & SHACKEL, P. A. 1994. Changing Social and Material Routine in Nineteenth-Century Harper's Ferry. *Historical Archaeology*, 28 (4): 27-36.
- MOURA, C. E. M. 1999. *Vida cotidiana em São Paulo no século XIX*. São Paulo, UNESP.
- MOURA, D. S. 2005. *Sociedade movediça: economia, cultura e relações sociais em São Paulo (1808-1850)*. São Paulo, Unesp.
- MROZOWSKI, S. A. 1984. Prospects and perspectives on an Archaeology of Household. *Man in the Northeast*, 24: 31-49.
- NAZZARI, M. 2001. *O desaparecimento do dote*. São Paulo, Cia das Letras.
- OLIVEIRA, M. L. F. 2000-2001. Em casas térreas com alcovas. Formas de morar entre os setores médios em São Paulo, 1875-1900. *Anais do Museu paulista*, São Paulo, 8/9: 55-76.
- PASSOS, M. L. P. & EMÍDIO, T. 2009. *Desenhando São Paulo: mapas e literatura, 1877-1954*. São Paulo: IMESP.
- PETRONI, P. 1995. *Aldeamentos Paulistas*. São Paulo, Edusp.
- REALE, E. 1982. *Brás, Pinheiros, Jardins. Três bairros, três mundos*. São Paulo: Pioneira, Edusp.
- REBOUÇAS, L. M. 2000. *O planejado e o vivido*. São Paulo, Annablume.
- SCHIFFER, M. B. 1972. Archaeological context and systemic context. *American Antiquity*, 37 (2): 156-165.
- SCHRIJNEMAEKERS, S. C. 2006. Os significados da casa para as camadas médias. In: LUCENA, C. T. et al (org.) *Discutindo identidades*. São Paulo, Humanitas/Ceru, pp. 205-228
- SNEDDON, A. 2003. Rose-coloured glasses: the Mountain Street Site, Sydney and its limitations in the search for vanished slum communities. *Australian Archaeology*, n. 63, pp. 1-8
- SOUTH, S. 1977. *Method and theory in historical archeology*. California, Academic Press.
- SOUZA, R. A. 2010. *Louça branca para a Pauliceia: Arqueologia Histórica da Fábrica de Louças Santa Catharina / IRFM - São Paulo e a produção da faiança fina nacional (1913 - 1937)*. Dissertação de Mestrado. São Paulo, Usp.
- SPOSITO, M. E. B. 2004. *O chão em pedaços: urbanização, economia e cidades no Estado de São Paulo*. Tese de Livre Docência. Presidente Prudente, Unesp.
- SYMANSKI, L. C. P. 1998. Espaço privado e vida material em Porto Alegre no século XIX. Porto Alegre, Edipucrs.
- VILLAÇA, F. A. 1997. A delimitação territorial do processo urbano. No prelo.
- VILLAÇA, F. 2001. Espaço intra-urbano no Brasil. São Paulo, Studio Nobel, Fapesp.
- WHEELER, K. 2000. Theoretical and methodological considerations for excavating privies. *Historical Archaeology*, 34 (1): 3-19.
- ZANETTINI ARQUEOLOGIA. 2010. Programa de prospecções e resgate Quadra 090, Setor 008, (Perímetro Nova Luz). São Paulo, s.c.e.
- ZANETTINI ARQUEOLOGIA. 2012. Programa de Resgate Arqueológico. Terreno sito à Rua Butantã, nº 298, Bairro de Pinheiros, Município de São Paulo. Sítio arqueológico Pinheiros 2. São Paulo, s.c.e.